

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL



SUMÁRIO

DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DOS SEUS TITULARES

CÂMARA MUNICIPAL

**Deliberações (Reunião Ordinária
de 05/07 e Ordinária Pública de 19/07)**
Pág. 02

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Deliberações (Sessão Extraordinária de 31 de julho
2012)**
Pág. 08

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA
Despachos
Editais
Pág. 08

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Editais
Pág. 12

SECÇÃO DE NOTARIADO
Escrituras
Pág. 11

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL DE 05 DE JULHO DE 2012

Deliberação n.º 1470

Assunto: Atribuição de Medalhas Municipais de dedicação pública - Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros do Concelho de Penafiel Município - PROTEÇÃO CIVIL

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-28.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a atribuição de Medalha Municipal de dedicação pública aos seguintes elementos:

- António Dário Mendes da Silva (30 anos de bombeiro);
- Carlos Alberto da Silveira Ferreira (30 anos de bombeiro)

Deliberação n.º 1471

Assunto: Concurso público para “CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DO CALVÁRIO - Penafiel” – RELATÓRIO FINAL-DOSM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Relatório Final de Análise de Propostas Apresentadas ao Concurso Público para Adjudicação “CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DO CALVÁRIO - PENAFIEL”, relatório preliminar, informação técnica sobre o assunto: “CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DO CALVÁRIO”- Análise do Projeto de Arquitetura, Projeto de Arquitetura, Memória Descritiva e Declaração da Ordem dos Arquitetos, proposta do valor mensal a pagar, curriculum técnico do concorrente e declarações abonatórias, estudo económico- financeiro, declaração do prazo de execução da obra, declaração da entrega, antes da celebração do contrato, do Alvará de Construção do empreiteiro, certidão permanente de Sabores Rápidos – Restaurantes, Lda, declaração de alteração do Pacto Social, declaração de utilização de materiais de origem Nacional e plantas.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira disse que era ridículo que se aceitasse que um concorrente que, muito embora estivesse a fazer uma obra para a Câmara Municipal, apresentasse um valor de 41,75€, o que representava 501,00€ ao ano.

Acrescentou que, quando aprovou o caderno de encargos deveria ter analisado as cláusulas, mas a verdade é que tinha aprovado.

Disse que, o que o preocupava, era o facto de, com as conclusões a que se chegava, havendo dois concorrentes, sendo que o terceiro desapareceu, havia um parecer que dizia que um dos concorrentes que não era valorável em termos arquitetónicos.

Disse que lhe custava votar quando desconhecia a proposta desse concorrente considerado “não valorável em termos arquitetónicos”.

Disse que iria votar favoravelmente apenas porque antes havia votado favoravelmente a decisão de aprovação do caderno de encargos.

Referiu, ainda, que, por outro lado, o relatório preliminar estava todo errado e que o relatório final o vinha corrigir. Transmitiu que, se o concorrente proposto de 41,75€, quando a Câmara Municipal pedia 500,00€, mais valia deixá-lo trabalhar de graça e que o mais estranho era que o outro concorrente apresentava como proposta um valor 52 vezes superior.

Disse que queria que ficasse registado em ata que só votava favoravelmente, porque os pareceres técnicos eram favoráveis.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento no relatório final acima mencionado:

1. Todas as propostas contidas no relatório final para efeitos de adjudicação, nos termos do n.ºs 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Adjudicar ao concorrente Sabores Rápidos, Lda, que obteve uma percentagem de valoração de 93%, pela renda mensal de € 41,75 (quarenta e um euros e setenta e cinco centimos), compreendendo um prazo de execução da empreitada de 180 dias e prazo de concessão de exploração de 20 anos, nas condições do respetivo caderno de encargos e da sua proposta.
3. Cumprir com o disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.

Deliberação n.º 1472

Assunto: Manutenção do valor de renda apoiada, aprovado pela Deliberação n.º 713 de 24/03/2011 - Proc. 69-24-FC - UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-05-31.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-05-25 e cópia da Certidão da Deliberação n.º 713 de 24/03/.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, a continuidade da aplicação do valor de renda social de 10,18€ (dez euros e dezoito centimos), aprovado pela Deliberação n.º 713 de 24/03/2011, até registo de nova situação económica e familiar.

Deliberação n.º 1473

Assunto: 19.ª Alteração ao Orçamento da Despesa – 2012 – DF.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-02.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-02.

Votação: Aprovada, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra. Filomena Rodrigues, a 19.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 19.000,00€ para o corrente ano de 2012.

Deliberação n.º 1474

Assunto: 19.ª Alteração ao Plano de Investimento – 2012 – DF.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-02.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-02 (**anexo IV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovada, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra. Filomena Rodrigues, a 19.ª Alteração ao Plano de Investimento, no valor de 19.000,00€ para o corrente ano de 2012.

Deliberação n.º 1475

Assunto: IC35-Ligação ao nó de Rans- Passagem agrícola (proposta apresentada pela EP -Estradas de Portugal)- GAP

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-02.

Documentos que acompanham a proposta: E-mail de José Manuel Faísca (EP-Estradas de Portugal), de 2012-06-04 e planta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, solicitar à EP – Estradas de Portugal, um desenho da proposta alternativa, a fim de permitir uma melhor compreensão das duas propostas.

Deliberação n.º 1476

Assunto: Prestação de Contas Relativos ao 1.º Trimestre de 2012 – Penafiel Activa, E.M. - GAP

Requerente: Penafiel Activa, E.M

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Ofício da Penafiel Activa, E.M. com a referência SC-C102-2012, de 2012-07-02, e relatório de prestação de Contas relativos ao 1.º trimestre de 2012.

Votação: Aprovado, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador do Partido Socialista Dr. Sousa Pinto, e com abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista Engenheiro Fernando Moreira, os documentos de Relatório de Prestação de Contas relativos ao 1.º Trimestre de 2012, nos termos do artigo 39.º n.º 2, al. a), da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

Não intervieram na discussão e votação, ausentando-se da sala, os senhores Vereadores, Sr. Adolfo Amílcar e Dra. Filomena Rodrigues, por impedimento nos termos do n.º 6, do artigo 90.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea a), do artigo 44.º do CPA, e artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 1477

Assunto: Constituição da de Avaliação Municipal (artigo 71.º, n.º 2, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, e artigo 22.º, do Regulamento Municipal para Compensação pela não Cedência de área para Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Coletiva e taxa Municipal de Urbanização) – DGU.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-05.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

1. A proposta da criação da Comissão de Avaliação Municipal, nos termos do artigo 71.º n.º 2 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, com a seguinte composição (elementos nomeados pelo município - dois):
 - Engenheiro Élio Rocha;
 - Engenheiro Artur Campos Mendes;
 - Engenheira Maria Augusta Ferreira (em caso de ausência, falta ou impedimento dos anteriores)
- 2- Remeter o assunto à Assembleia Municipal para criação da Comissão de Avaliação Municipal e nomeação dos dois membros a indicar pelo município, de acordo com o artigo 71.º, n.º 2 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e artigo 53.º n.º 1 alínea h) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual;
- 3- Notificar (após tomada a deliberação referida no ponto anterior pela assembleia municipal) o requerente para indicação de um membro (artigo 71.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais).

Deliberação n.º 1478

Assunto: A isenção de pagamento de taxas (Processo n.º 3051/D/12) – DGU/DF.

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2012-06-18.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, de 2012-05-18, extrato do Diário da República, III série – N.º 106 – 09 de maio de 1991, cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva, cópia de declaração do Centro Regional de Segurança Social do Porto, de 29 de setembro de 1994, cópia do alvará de licença n.º 245, de 8 de março de 1983, emitido pela Câmara Municipal de Penafiel, requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, de 2012-04-30 e requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, de 2012-04-30.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Deliberação n.º 1479

Assunto: A isenção de pagamento de taxas (Processo n.º 1885/D/12) – DGU

Requerente: Centro Social de Recesinhos.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2012-06-18.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, requerimento Centro Social de Recesinhos, de 2012-03-23, extrato do

portal das finanças, cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva, cópia dos estatutos do Centro Social de Recesinhos.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Deliberação n.º 1480

Assunto: A isenção de pagamento de taxas (Processo n.º 892/D/12) – DGU

Requerente: Freguesia da Capela

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2012-06-18.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, requerimento Freguesia da Capela, de 2012-02-04, cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-11, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Deliberação n.º 1481

Assunto: Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 - DF

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-03.

Votação: Aprovado, por unanimidade, e remeter posteriormente o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012.

Deliberação n.º 1484

Assunto: Apoio dos serviços de arquitetura do município de Penafiel, na elaboração de projeto de arquitetura para Construção de uma Casa Mortuária - RH.

Requerente: Junta de Freguesia de Luzim

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-04.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projetos e Arquitetura, de 2012-06-28, ofício da Freguesia de Luzim, de 2012-05-26 e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal.

Votação: Aprovado, por unanimidade, remeter o assunto à Divisão Projetos de Arquitetura para correção.

Deliberação n.º 1485

Assunto: Atribuição de Novas Bolsas de Estudo 2011/2012- Educação

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-29.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Gabinete de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-06-28 e informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-04.

Votação: Aprovado, por unanimidade, retificar a deliberação n.º 1452 de 21/06/2012, por a mesma não ter sido acompanhada da devida cabimentação orçamental.

Deliberação n.º 1487

Assunto: Designação de vereador a meio tempo pelo senhor Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro – GAP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-05.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1488

Assunto: Voto de Pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Agostinho Ferreira (sogro do senhor Deputado da Assembleia da República Dr. Mário Magalhães)

Proposta: Verbal apresentada pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-05.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1489

Assunto: Voto de Louvor ao Atleta António Malheiro

Proposta: Verbal apresentada pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-05.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL DE 19 DE JULHO DE 2012

Deliberação n.º 1491

Assunto: Suspensão das Reuniões no mês de agosto – GAP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-13.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1492

Assunto: Alteração do valor de renda apoiada, calculada nos termos do Decreto – Lei n.º 166/93 de 07 de maio - Processo 111-24-FC - UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-04.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-06-29 e requerimento da Habitação Social de Gestão Municipal e/ou do Sector Público, de 2012-06-28.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, o valor de renda apoiada mensal de €4,85 (quatro euros e oitenta e

cinco cêntimos), pelo período de dois meses (agosto e setembro inclusive).

Deliberação n.º 1493

Assunto: Aprovação da minuta do contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada a celebrar com Marlene Teixeira Gonçalves - Processo 127-24-FC - UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta do contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada, informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-07-03 e informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-05-25.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a minuta do contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada a celebrar com Marlene Teixeira Gonçalves, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada.

Deliberação n.º 1494

Assunto: Pedido de prorrogação de isenção de renda social - apartamento sito na rua Fonte da Cruz, bloco 2 – 3.ªA – Processo 03-24-FC - Requerimento GHS/UASS/136/2012-UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-04.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-06-22 e requerimento da Habitação Social de Gestão Municipal e/ou do Sector Público, de 2012-06-21.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, deferir o pedido de isenção de renda social, até ao final do ano de 2012.

Deliberação n.º 1495

Assunto: Transmissão nominal do contrato de arrendamento de Habitação Social, para cônjuge sobrevivente por morte do primitivo arrendatário - Processo 130-24-FC - UASS.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-04.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Unidade de Ação Social e Saúde, de 2012-06-25 e minuta do contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada entre o Município de Penafiel e Maria de Lurdes Ferreira Ribeiro.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, a transmissão nominal do Contrato de Arrendamento de Habitação Social e o novo cálculo do valor da renda mensal de €20,60 (vinte euros e sessenta cêntimos).

Deliberação n.º 1496

Assunto: Apoio dos serviços de arquitetura do município de Penafiel, na elaboração de projeto para arranjo urbanístico do Centro Cívico de Rans - RH.

Requerente: Junta de Freguesia de Rans

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-09.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Divisão de Projetos e Arquitetura, de 2012-07-09 e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1497

Assunto: Apoio dos serviços de arquitetura do município de Penafiel, na elaboração de projeto para construção de instalações sanitárias e arranjo urbanístico da envolvente - RH.

Requerente: Junta de Freguesia de Boelhe

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-09.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Divisão de Projetos e Arquitetura, de 2012-07-09 e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1498

Assunto: Apoio dos serviços de arquitetura do município de Penafiel, na elaboração de projeto para construção de um Centro de Dia e de Convívio - RH.

Requerente: Associação para o desenvolvimento social, cultura e recreativo Sebolido Ativo.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-09.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Divisão de Projetos e Arquitetura, de 2012-06-28 e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1499 de 19/07/2012

Assunto: Informação e Ata de Hasta Pública realizada a 2012-07-11 para venda de duas viaturas pesadas da frota municipal – DF- DENP

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-12.

Documentos que acompanham a proposta: informação do Departamento financeiro de 2012-07-11 e ata da hasta pública realizada em 2012-07-11.

Votação: Aprovada, por unanimidade, concordar com o teor da ata mencionada em assunto e, de acordo e com fundamento na mesma, decidir adjudicar a aquisição das duas viaturas pesadas da frota municipal objeto da hasta

pública à “Lousacapotés – Fábrica de Encerados, Lda”, pelo valor de:

Concorrentes	Valor de Licitação VOLVO QN-51-26	Valor de Licitação MAN 48-94-HH
“LOUSACAPOTES – Fabrica de Encerados, Ld.”	4.120,00€	3.800,00€

Deliberação n.º 1500

Assunto: Atribuição de auxílios económicos relativos ao 3.º período, aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, utilizadores do passe 4_18 – EDUCAÇÃO

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-07-12.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação Unidade de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-07-12 e lista em anexo e informação do Departamento Financeiro de 2012-07-16.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da Unidade de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-07-12, a comparticipação nos encargos respeitantes ao passe 4_18, nos termos da informação acima referida e nos montantes constantes de listas a ela anexas.

Deliberação n.º 1501

Assunto: Auto de Receção Provisória, respeitante à obra “Construção do Centro Escolar de Canelas” – DOSM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-11.

Documentos que acompanharam a proposta: Auto de Receção Provisória.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o auto de receção provisória.

Deliberação n.º 1502

Assunto: Auto de Receção Provisória, respeitante à obra “Requalificação da Quinta das Lages” – DOSM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-11.

Documentos que acompanharam a proposta: Auto de Receção Provisória.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o auto de receção provisória.

Deliberação n.º 1503

Assunto: Alteração ao regulamento municipal de atribuição e utilização de telemóveis (aprovado pela deliberação n.º 1347 de 19/04/2012) – RECURSOS HUMANOS

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dr. Susana Oliveira, de 2012-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: redação proposta e versão atual do Regulamento municipal de atribuição e utilização de telemóveis.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a alteração ao regulamento municipal de atribuição e utilização de telemóveis, nos termos do artigo 64.º, n.º7, alínea a) da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação n.º 1504

Assunto: Alteração ao regulamento respeitante ao projeto “Semear Penafiel” (aprovado pela deliberação n.º 803 de 05/05/2011) – RECURSOS HUMANOS

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira, de 2012-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: redação proposta, e versão inicial do regulamento respeitante ao projeto “Semear Penafiel”.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a alteração ao regulamento respeitante ao projeto “Semear Penafiel”.

Deliberação n.º 1505

Assunto: Alteração à cláusula 3ª do protocolo de permuta (aprovado pela deliberação n.º 2533 de 31/07/2009) – DENP.

Proposta: Subscrita pela senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-18.

Documentos que acompanharam a proposta: informação da DENP, relatório da avaliação elaborado por perito da lista oficial de peritos, cópia da caderneta predial urbana, planta topográfica à escala 1/1000 e minuta do protocolo de permuta.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1506

Assunto: Retribuição anual pela utilização dos equipamentos, bens e infra-estruturas do município – PENAFIELVERDE, EM (acordado no protocolo aprovado na reunião de Câmara Municipal de 28 de dezembro de 2006 e assinado em 02 de janeiro de 2007) - Renovação da suspensão do pagamento da referida retribuição (suspensão aprovada pela deliberação n.º 1637, de 2008-03-19)- GAP

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-18.

Requerente: PENAFIELVERDE, EM.

Documentos que acompanharam a proposta: requerimento da PENAFIELVERDE, EM., de 2012-07-18, cópia do protocolo aprovado na reunião de Câmara Municipal de 28 de dezembro de 2006 e assinado em 02 de janeiro de 2007, cópia da deliberação n.º 1637, de 2008-03-19.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a renovação da suspensão do pagamento pela PENAFIELVERDE, EM, da retribuição anual pela utilização dos equipamentos, bens e infra-estruturas do município, acordado no protocolo aprovado na reunião de Câmara Municipal, de 28 de dezembro de 2006 e assinado em 02 de janeiro de 2007, para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013.

Não intervieram na discussão e votação, ausentando-se da sala, os senhores Vereadores, senhor Adolfo Amílcar e Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, por impedimento nos termos do n.º 6, do artigo 90.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei

n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro alínea a), do artigo 44.º do CPA, e artigo 10.º do Regimento da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 1507

Assunto: Ratificação do Acordo de Revogação de Contrato de Arrendamento, celebrado com o Sr. Carlos Amílcar da Rocha Matos, em 23 de Dezembro de 1993, e respeitante ao 2º D-Dto., fracção L, do Bloco n.º4 da Praceta da Fonte da Cruz- UASS.

Documentos que acompanham o mencionado ato submetido a ratificação: Acordo de Revogação de Contrato de Arrendamento.

Votação: Aprovada, por unanimidade, ratificar o Acordo de Revogação de Contrato de Arrendamento.

Deliberação n.º 1508

Assunto: Proposta de retificação da deliberação n.º 1481 de 05/07/2012 - DF.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-16.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-16 e certidão da deliberação n.º 1481 de 05/07/2012.

Votação: Aprovada, por unanimidade, retificar a deliberação n.º 1481 de 05/07/2012, pelos motivos expostos na informação do Departamento Financeiro acima mencionada (aditamento da coluna com “Valor previsível a executar em 2013”), e remeter posteriormente o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c) do n. 1 do artigo 6º da Lei n. 8/2012.

Deliberação n.º 1511

Assunto: Programa atividades enriquecimento curricular ano 2012/2013- Recrutamento de 92 professores de atividade física, inglês e música – RH.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-19.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-19, informação da Divisão de Recursos Humanos, de 2012-07-19, informação da Unidade de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-07-19, informação da Unidade de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-07-12 e informação da Divisão de Recursos Humanos, de 2012-07-19, referente aos custos com os professores das atividades extra curriculares ano letivo 2012/2013.

Votação: Aprovado, por unanimidade, e remeter o assunto à Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 46.º, n.º2 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado).

Deliberação n.º 1512

Assunto: Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do artigo 6º, n.º1 da Lei n.º 8/2012 - DF

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-19.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-19.

Votação: Aprovado, por unanimidade, e remeter posteriormente o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012.

Deliberação n.º 1513

Assunto: Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – D.F.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-19.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-07-19.

Votação: Aprovado, por unanimidade, com fundamento na informação acima mencionada, remeter à Assembleia Municipal para autorização previa genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º1 do art.6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, nos seguintes casos:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
Mais delibera propor à Assembleia Municipal, de acordo e com fundamento na já citada informação do D.F., que:

- 1- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização previa que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas
- 2- A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
- 3- O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.
- 4- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização previa genérica que ora se propõe.

Deliberação n.º 1514

Assunto: Sessão extraordinária da Assembleia Municipal - GAP

Proposta: Verbal apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-07-19

Votação: Aprovado, por unanimidade, e ao abrigo do artigo 50, n.1 alínea a) da lei 169/99 de 18 de Setembro,

alterada pela Lei 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária da assembleia Municipal, para discussão e votação dos assuntos referentes às seguintes deliberações: Deliberação n.º 1511 de 19/07/2012; Deliberação n.º 1508 de 19/07/2012; Deliberação n.º 1512 de 19/07/2012; Deliberação n.º 1513 de 19/07/2012 e Deliberação n.º 1477 de 05/07/2012.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE JULHO DE 2012

Proposta da Câmara Municipal do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (Despacho n.º 14460/2008, de 15 de maio, republicado através do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, aplicando-se ao referido procedimento as regras constantes no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro), do ano letivo 2012/2013 – recrutamento de 92 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal – 40 professores de atividade física e desportiva, 26 professores de inglês e 26 professores de Expressão Musical, ao abrigo do, n.º 2, artigo 46.º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de aprovação de mapa de compromissos plurianuais (deliberação n.º 1481 de 05/07/2012, retificada pela deliberação n.º 1508 de 19/07/2012), nos termos da alínea c) do artigo 6.º, n.º 1 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos).

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de aprovação de mapa de compromissos plurianuais (deliberação n.º 1512 de 19/07/2012), nos termos da alínea c) do artigo 6.º, n.º 1 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos).

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos).

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de constituição da Comissão de Avaliação Municipal (ao abrigo do artigo 71.º, n.º 2, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, artigo 22.º, do Regulamento Municipal para Compensação pela não Cedência da Área para Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Coletiva e Taxa Municipal de Urbanização e artigo 53.º, n.º 1, alínea h), da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.), com a seguinte composição (elementos nomeados pelo município - dois):

- Engenheiro Élio Rocha;
- Engenheiro Artur Campos Mendes;
- Engenheira Maria Augusta Ferreira (em caso de ausência, falta ou impedimento dos anteriores).

[Aprovado por maioria]

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Despacho de 02 de julho de 2012

REQUERIMENTOS D E F E R I D O S:

Cláudia Isabel Cerqueira Monteiro
Luís Berto Silva Moreira
José de Sousa Monteiro
Pentágno XXI, Investimentos, S.A.
Júlio Manuel Moreira da Cunha
José Maria Moreira da Silva
Vasco António Baptista Ferreira – Processo n.º 20/LI/12 (ocupação da Via pública)
José Moreira da Rocha Coelho
Albina Rosa Pinto da Silva Gomes
José Maria Sousa Ferreira
Luísa Maria Correia Rodrigues Silva
José Augusto da Rocha Soares e Outra
Fátima Fernanda Ribeiro da Silva Rodrigues

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DEFERIDOS:

António Joaquim Leal de Moura – Proc.º n.º 1-7LI/92
Augusto Ferreira Pinto – Proc.º n.º 6-3LI/92
Susana Andreia Alves Pereira – Proc.º n.º 26-4LI/93

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Leonel Renato Pereira Ribeiro – Proc.º n.º 323/LI/11
Cristina Paula Ferreira de Sousa – Proc.º n.º 357-1LI/07
Carlos Graciano Pacheco Dias – Proc.º n.º 163/LI/11
Adolfo Manuel Oliveira Ferreira – Proc.º n.º 56/LI/12
Carlos da Cunha – Proc.º n.º 349/LI/11

PROCESSOS DE OBRAS INDEFERIDOS:

Margarida Conceição Ferreira reis – Proc.º n.º 75/LI/12
Nuno Filipe Dias Bandeira – Proc.º n.º 9/LI/12

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

Susana Maria Oliveira Ferreira – ocupação da via pública (Proc.º n.º 24/OVP/12)

Despacho de 03 de julho de 2012

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDOS:

Justino Ferreira Coelho – Proc.º n.º 37/UT/12
Sérgio Manuel Soares Ferreira – Proc.º n.º 378/UT/12
Carlos Antero Ribeiro de Sousa – Proc.º n.º 373/UT/12
Victor Augusto Oliveira Rocha – Proc.º n.º 375/UT/12
Álvaro João da Silva Cardoso – Proc.º n.º 369/UT/12
Banco Comercial Português, S.A. – Proc.º n.º 308/UT/12
João Manuel da Cunha Ferreira – Proc.º n.º 377/UT/12
António Ribeiro Gomes – Proc.º n.º 286/UT/12
Jorge Manuel da Rocha Sousa – Proc.º n.º 376/UT/12
António da Silva Ribeiro – Proc.º n.º 380/UT/12
Maria Carolina da Rocha Nogueira – Proc.º n.º 583/UT/11
Domingos Ferreira Coelho – Proc.º n.º 370/UT/12
Manuel Esteves de Sá – Proc.º n.º 372/UT/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

António Carlos de Queirós Meneses e Outros
Joaquim Agostinho da Silva Almeida
Domingos Fernando Neto
Maria Manuela Ribeiro Moreira Moura
Maria Natália Pereira de Barros

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

João Carlos Lopes Jardim

CONSTITUIÇÃO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL I N D E F E R I D O:

Manuel Soares de Sousa – Proc.º n.º 14/PH/12

Despacho de 06 de julho de 2012

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDOS:

António de Sousa – Proc.º n.º 324/UT/12
Antero Ferreira Pereira – Proc.º n.º 363/UT/12
Cesário Silva Alves – Proc.º n.º 338/UT/12
Fernando Joaquim Machado da Silva – Proc.º n.º 369/UT/12
José Alberto Rocha Alves Costa – Proc.º n.º 386/UT/12
Fátima Isabel Ferras de Sousa – Proc.º n.º 388/UT/12
José António Gomes de Barros – Proc.º n.º 339/UT/12
Teresa Isabel Queirós Soares – Proc.º n.º 382/UT/12
Maria Alice Soares Dias – Proc.º n.º 381/UT/12
Joaquim Sousa Santos – Proc.º n.º 384/UT/12
Paula Alexandrina Teixeira de Sousa – Proc.º n.º 321/UT/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Paradigmazul – Investimento Imobiliário, Unipessoal, Lda
Emília da Silva Ribeiro
José Silva Pinto
Alexandre Amaro Moreira
Luís António Castro Ribeiro
José Rodrigues Ferreira

Manuel Fernando Moreira Monteiro
Manuel Ferreira de Oliveira
António Joaquim Barbosa Oliveira
José Garcês – Construção e Engenharia Civil, Lda
Ana Cristina Marques Lopes Bandeira

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS:

Condomínio do Edifício Pedro Guedes Penafiel
Associação dos Lares Ferroviários

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Arcílio Pereira da Rocha Coelho – Proc.º n.º 276-1LI/10
José Henrique de Oliveira Rodrigues – Proc.º n.º 115/LI/12
Maria Isabel Moreira Magalhães – Proc.º n.º 498/LI/08

REQUERIMENTOS DEFERIDO:

José Carlos Teixeira Magalhães
Manuel da Cunha
Deolinda Coelho Soares
Maria do Céu Ferreira Barbosa dos Reis
Maria Luísa Pereira Coelho

PROCESSO DE OBRAS INDEFERIDO:

José Manuel Pereira Rodrigues – Proc.º n.º 235-1LI/07

Despacho de 10 de julho de 2012

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Eduardo Pinto da Silva – Proc.º n.º 100-2LI/10
António Miguel da Cunha Rangel e Outra – Proc.º n.º 398-1LI/09
Gabriel da Rocha Ferreira – Proc.º n.º 294/LI/11
Joaquim Laurentino de Sousa Costa – Proc.º n.º 913/98
Elsa Carla Soares Coelho – Proc.º n.º 268/LI/11
Sérgio José Sousa Soares e Outros – Proc.º n.º 226/LI/11
Ana Maria Moreira Pinto da Silva – Proc.º n.º 44/LI/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Joaquim Alexandre Ferreira Duarte
Paulo Januário Leal Moreira
Maria Elvira Esteves Amaral Carvalho
Ernesto Luís Lopes Moreira Pinto
Maria Eduarda Rocha Lourenço
Ricardo Daniel Alves Soares
Maria do Carmo Marinho
Ana Maria Feijó & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Junta de Freguesia de Milhundos

Maria do Carmo Marinho
Carlos das Neves Ferreira
Ana Maria Barbosa Ferreira (Alteração à Propriedade Horizontal – Proc.º n.º 131/2000)

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

Rosa Maria Ferreira Nunes – Proc.º n.º 393/UT/12

CONSTITUIÇÃO EM REGIME DE PROPRIEDADE

HORIZONTAL INDEFERIDO:

Reinaldo Lopes Fernandes e Outra – Proc.º n.º 9/PH/12

PROCESSO DE OBRAS INDEFERIDO:

José Maria Batista de Sousa – Proc.º n.º 426/LI/11

Despacho de 11 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

C H Distribuição, S.A.
António Manuel da Silva
Secundino dos Santos Silva
Maria Esmeralda Meneses de Sousa Pereira
Gersou, Imobiliária, S.A.

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

MetodoPlural – Imobiliária, Lda – Proc.º n.º 320/UT/12

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

Maria de Fátima de Sousa e Outros (Destaque de parcela – Proc.º n.º 2870/D/12)
Acácio de Sousa Coelho

Despacho de 12 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Carmina Isabel Ribeiro Soares Moreira
Luís da Silva e Outros
Dário Manuel Rodrigues da Silva
Cristina Manuela Ferreira Ribeiro
Joaquim Fernando Leitão Teixeira
Manuel Vieira, Lda
Mário António Oliveira Sousa
Manuel Esteves de Sá
Belmiro Fernando Nunes Pereira
Fernando da Conceição Cruz
Banco Comercial Português, S.A
José Fernando de Sousa
Abel de Bessa Ferraz
Francisco Vieira Ferreira
Ana Maria Moreira Pereira
Abílio Moreira da Silva
Maria Edite Oliveira Cardoso da Silva
Lauro Santos Pereira
Maria Fernanda Rodrigues dos Santos
José Ribeiro da Silva
Vitor Manuel Morais Pereira
Joaquim Armando da Silva Moreira
Arcílio Pereira da Rocha Coelho
Bernardo Fernando da Costa Ferreira
Agostinho da Conceição Moreira
Jorge Filipe da Rocha Moreira
José Sousa Carvalho
Ana Maria da Silva Azevedo

Despacho de 13 de julho de 2012

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDOS:

Adolfo Manuel Oliveira Ferreira e Outra – Proc.º n.º 383/UT/12

Joaquim Augusto Carvalho Moreira – Proc.º n.º 395/UT/12

Maria Manuela Pereira Mota Gomes – Proc.º n.º 390/UT/12

Eugénio Ernesto Pereira Barros e Outra – Proc.º n.º 405/UT/12

Manuel Alfredo Barbosa de Moura – Proc.º n.º 332/UT/12

Filipe Miguel Soares Abreu Ferreira – Proc.º n.º 398/UT/12

Maria da Conceição Teixeira Cerqueira – Proc.º n.º 406/UT/12

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Rui Manuel Gonçalves Pereira – Proc.º n.º 74-1LI/11

Inês Castro Vieira de Almeida – Proc.º n.º 234/LI/11

Fernando Luís Ferreira Silva – Proc.º n.º 343-1LI/10

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DEFERIDO:

Susana Cristina Rocha Gomes e Outro – Proc.º n.º 87-2LI/81

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Renato de Sousa Cunha

Associação para o Desenvolvimento de S. Miguel de Paredes

Fernanda Maria da Rocha Freitas Gomes

Maria Alice Nogueira Coelho

José Maria Almeida da Silva

Marco Bruno Moreira de Sousa

José Oliveira Soares

Carlos da Silva Rocha

PROCESSO DE OBRAS INDEFERIDO:

Arcada D'Alfazema, Lda. – Proc.º n.º 143/LI/12

REQUERIMENTO INDEFERIDO:

Ermelinda Angelina Couto Pereira Carvalho Moura

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDOS:

Jorge Manuel Leão Guedes e Outra – Proc.º n.º 408/UT/12

José da Rocha Ferreira de Melo, Lda. – Proc.º n.º 350/UT/12

Maria Carolina da Silva Sousa – Proc.º n.º 399/UT/12

Abílio Carvalho Silva – Proc.º n.º 191/UT/12

Maria Elvira Esteves Amaral de Carvalho – Proc.º n.º 404/UT/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

António da Silva Ribeiro

Joaquim Manuel Moreira Queirós

José Ferreira Lopes

António Júlio Matos Pinto

DIVISÃO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL INDEFERIDO:

Maria da Rocha Pereira – Proc.º n.º 13/PH/12

Despacho de 16 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Fernanda da Rocha Barbosa

Jorge Paulo da Rocha Pereira

Maria José Sousa Pereira

Joaquim de Sousa Santos

José Bruno da Silva Leite

Método Plural – Imobiliária, Lda

João Manuel da Cunha Ferreira

Fernanda Maria Santana da Rocha

Georgina Alves da Mota Sousa

Maria Aurora Ferreira dos Santos

Recanto dos Moinhos – Turismo de Habitação, Unipessoal, Lda

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

Olinda Maria Sousa Ferreira – Proc.º n.º 423/UT/12

Acácio da Silva Couto – Proc.º n.º 185/UT/12

Despacho de 17 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Alfredo das Neves

Eugénio Ernesto Pereira Barros

Justino Ferreira Coelho

José Manuel Ferreira Bessa

Augusto Barbosa da Silva

Francisco Xavier Coelho de Melo

Banco Comercial Português

Paula Alexandra Teixeira de Sousa

Alberto Sérgio Pinto Soares

Joaquim Luís Rocha Sousa

Maria de Fátima Sousa Ferreira

PROCESSO DE OBRAS DEFERIDO:

Maria Júlia Rocha Pinto e Outro – Proc.º n.º 26/LI/12

Despacho de 19 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Manuel Joaquim Correia Alves

Teresa Isabel Queirós Soares

Maria da Glória Peixoto de Sousa Machado

Adolfo Manuel Oliveira Ferreira

Sérgio Manuel Soares Moreira

Junta de Freguesia da Capela

PROCESSOS DE VISTORIAS DEFERIDOS:

António Paulo Rodrigues Nunes – Proc.º n.º 413/UT/12

José Augusto Soares Vieira e Outro – Proc.º n.º 160/UT/12

Maria de Lurdes Barbosa Couto – Proc.º n.º 330/UT/12

António Serafim Carvalho Sousa – Proc.º n.º 418/UT/12

Manuel Luís Ataíde Sousa Andrade – Proc.º n.º 414/UT/12

Nuno Alexandre de Magalhães Ribeiro – Proc.º n.º 412/UT/12

Daniel Pinto Ferreira Coelho – Proc.º n.º 417/UT/12

José Maria da Silva Vieira – Proc.º n.º 410/UT/12

Despacho de 20 de julho de 2012

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Manuel Martins da Cruz

Rosaria de Jesus Moreira Pinto Rocha

Eva Felicidade Ferreira Moreira Pinto

José António Gomes de Barros

Salvador Moreira Gomes

David Manuel da Silva Mota

António de Sousa

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Entros-Rios

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DEFERIDO:

Rosa da Conceição dos Anjos Silva Santos – Proc.º n.º 374/UT/12

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DEFERIDO:

Arlindo da Luz Ferreira – Proc.º n.º 778-1LI/06

PROCESSOS DE OBRAS DEFERIDOS:

Fernando Augusto Jesus Venâncio e Outra – Proc.º n.º 353/LI/11

Manuel António da Rocha Ferreira – Proc.º n.º 707-1LI/06

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO INDEFERIDO:

Maria Alice Peixoto Oliveira e Outro – Proc.º n.º 20-3LI/82

PROCESSO DE OBRAS INDEFERIDO:

Manuel Moreira Dias – Proc.º n.º 122/LI/06

Despacho de 24 de julho de 2012

PROCESSO DE OBRAS INDEFERIDO:

Fernando António Machado Sousa – Proc.º n.º 159/LI/12

PROCESSO DE VISTORIAS INDEFERIDO:

Fielinvest – Investimentos Hoteleiros e Outros, Lda. – Proc.º n.º 259/UT/12

PROCESSO DE VISTORIAS DEFERIDO:

Francisco Joaquim Coelho Nogueira – Proc.º n.º 419/UT/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Cesário Silva Alves

Olinda Maria de Sousa Ferreira

Adão Manuel Sousa e Silva

Sérgio Manuel Ferreira Barbosa

António Manuel Oliveira Ferreira

João Fernando Ribeiro

Joaquim Gomes de Sousa

Carlos da Cunha

José Ramiro de Sousa Soares

PROCESSO DE OBRAS DEFERIDO:

Kisalgado – Produtos Alimentares Congelados, Lda. – Proc.º n.º 288/LI/11

Despacho de 25 de julho de 2012

PROCESSOS DE VISTORIAS DEFERIDOS:

Jobb Dress – Fatos de Trabalho, Lda. – Proc.º n.º 416/UT/12

Virgílio Fernando Soares Oliveira – Proc.º n.º 435/UT/12

PROCESSO DE OBRAS DEFERIDO:

Berta Meireles Pereira Sousa e Outra – Proc.º n.º 550/LI/10

Despacho de 26 de julho de 2012

PROCESSOS DE VISTORIAS DEFERIDOS:

Imodart – Comércio de Imóveis, Lda. – Proc.º n.º 440/UT/12

José Maria Silva Ferreira – Proc.º n.º 436/UT/12

Ana Maria da Rocha Ferreira Barbosa – Proc.º n.º 429/UT/12

Paulo Sérgio Bessa da Silva – Proc.º n.º 431/UT/12

Ricardo Nuno Marques da Silva – Proc.º n.º 434/UT/12

Maria Fátima Oliveira Silva – Proc.º n.º 335/UT/12

Albina da Silva Oliveira Almeida – Proc.º n.º 424/UT/12

Eduardo Pinto Silva – Proc.º n.º 426/UT/12

Manuel Filipe Teixeira dos Reis – Proc.º n.º 433/UT/12

Joaquim Barros de Oliveira – Proc.º n.º 397/UT/12

Despacho de 27 de julho de 2012

PROCESSO DE OBRAS DEFERIDO:

Ana Cristina Morais Oliveira Moreira- Proc.º n.º 452/LI/11

PROCESSOS DE VISTORIAS DEFERIDOS:

Adão Joaquim Roque Luís – Proc.º n.º 292/UT/12

Augusto Ribeiro Moreira – Proc.º n.º 379/UT/12

Adão de Barros – Proc.º n.º 442/UT/12

Maria Fernanda da Rocha Ribeiro Matos – Proc.º n.º 441/UT/12

Nelson Rafael de Freitas Moreira – Proc.º n.º 248/UT/12

Filipe Emanuel Moreira Pereira – Proc.º n.º 430/UT/12

REQUERIMENTOS DEFERIDOS:

Joaquim Augusto Carvalho Moreira

Manuel António Dias Sousa

Maria da Glória Peixoto de Sousa Machado
Carlos Silva Rocha, Sociedade de Construções, Lda.
Francisco Joaquim Coelho Nogueira Santos
Luís Miguel Corte Real Sousa Oliveira
Jorge Manuel da Rocha Sousa
António Cândido Ruão Dias de Castro
Maria Carolina da Silva e Sousa
Maria Alice Soares Dias
Carlos Antero Ribeiro de Sousa
Maria Manuela Pereira Mota Gomes
Nuno Alexandre de Magalhães Ribeiro
Ermelinda de Oliveira Martins
Fátima Isabel Ferras de Sousa
Abílio Carvalho da Silva
Jorge Manuel Leão Guedes
Armindo Joaquim Pereira Vieira
Margarida Susana da Rocha Ribeiro
António Cândido Ruão Dias de Castro
Carlos Reinaldo Batista da Silva Martins
Eugénio José Moreira Pinto de Sousa
Amândio Augusto Rodrigues
Filipe Emanuel Moreira Pereira
Jobb Dress, Lda.
Imodart – Comércio de Imóveis, Lda.

SECÇÃO DE NOTARIADO

JULHO

Escritura de Cedência – Valor Atribuído: € 5,45

Cedentes: Isaura Maria da Rocha Pereira, (NIF 193 594 102), residente na Rua da Granja – Boelhe - Penafiel.

Beneficiário: Município de Penafiel, (NIPC 501 073 663), com sede na Praça Municipal - Penafiel.

Objeto de cedência: Uma parcela de terreno com a área de 365 m2, sita no lugar de Jelhos ou Passinhos – Boelhe - Penafiel, a desanexar do da parte rústica do prédio misto, inscrito na respetiva matriz sob o art.º 391.º.

Escritura de Cedência – Valor Atribuído: € 467,65

Cedentes: Maria Alice Nogueira Coelho c.c. Gilberto Nogueira Ferraz, (NIF's 209 326 590 e 217 312 454), residentes na Rua Abílio Miranda, Edifício Estádio, Bloco C, 6.º Esq.º - Penafiel.

Beneficiário: Município de Penafiel, (NIPC 501 073 663), com sede na Praça Municipal - Penafiel.

Objeto de cedência: Uma parcela de terreno com a área de 63,80 m2, sita no lugar de Montezelo ou Outeiro – Capela - Penafiel, a desanexar do prédio urbano, inscrito na respetiva matriz sob o art.º 642.º.

Escritura de Cedência – Valor Atribuído: € 40,05

Cedentes: Carlos Manuel dos Santos Ribeiro e mulher Maria de Fátima Dias Moreira (NIF's 217 393 241 e 230 412 548), residentes na Rua de Novelhos, n.º 317 – Valpedre - Penafiel.

Beneficiário: Município de Penafiel, (NIPC 501 073 663), com sede na Praça Municipal - Penafiel.

Objeto de cedência: Uma parcela de terreno com a área de 148 m2, sita na Rua de Sendes – Valpedre - Penafiel, a desanexar do prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o art.º 1.265.º.

EDITAL N.º 108/2012

ALBERTO FERNANDO DA SILVA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO que, por despacho de 05 de Julho de 2012, determinou a manutenção do teor do seu despacho de delegação de competências, no senhor Vereador Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, de 2011-07-08, com o seguinte teor:

No âmbito da minha competência própria e da que me foi delegada pela Câmara Municipal de Penafiel, na primeira reunião realizada no dia 04 de Novembro de 2009, ao abrigo do n.º 2, do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, n.º 2 do artigo 65.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 69.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com a seguinte redação:

1 – Para superintender nos serviços afetos às seguintes áreas de atividade:

- Relações com as Freguesias
 - * Rede Viária e Infraestruturas
- Empreendedorismo e Parques Empresariais
 - * Gabinete de Apoio ao Investimento Estratégico
- Serviços Gerais e Equipamentos Mecânicos
- Abastecimento de Água e Saneamento
- Assuntos Jurídicos
 - * Fiscalização Municipal e Contraordenações
- Administração Geral
 - * Licenciamento de atividades Diversas

2 – Para, no âmbito dos serviços referidos no número anterior, praticar os seguintes atos:

2.1. Genericamente, despachar todos os assuntos relativos a tais serviços, executar as deliberações da Câmara e os despachos e orientações do Presidente da Câmara respeitantes aos mesmos, bem como assinar a respetiva correspondência expedida, com destino a quaisquer entidades e organismos públicos ou particulares.

2.2. Promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 91.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no que toca às áreas mencionadas no ponto 1.

2.3. Autorizar reembolsos nos termos do artigo 78.º da Lei Geral Tributária.

2.4. No âmbito da presente delegação de competências, proceder à passagem de certidões ou fotocópias autenticadas relativas a processos ou documentos que não careçam de autorização, nos termos do artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como autorizar e proceder à passagem de certidões ou fotocópias autenticadas nos restantes casos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei.

3 – Para, no âmbito das matérias correspondentes à área de atividade Administração Geral, decidir no âmbito das matérias previstas no n.º 12 do artigo 20.º do Regulamento dos Serviços Municipais e exercer as seguintes competências:

3.1. Proceder à emissão e renovação do cartão para o exercício da venda ambulante, o qual será válido apenas para a área do município e para o período de um ano, a contar da data da emissão ou renovação.

3.2. Proceder à emissão do mapa de horário de acordo com o n.º 2, do artigo 9.º, do “Regulamento do Horário de

Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Penafiel” e artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio.

3.3. Determinar, no âmbito da presente delegação de competências, restrições à circulação do trânsito para a sua utilização com a realização de atividades de carácter festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º, do Código da Estrada.

3.4. Autorizar a ocupação provisória do espaço público municipal, designadamente com:

- Quiosques e similares;
- Mesas e cadeiras;
- Cabines ou postos telefónicos;
- Veículos automóveis e atrelados estacionados na via pública e utilizados para fins comerciais;
- Arcas congeladoras ou de conservação, máquinas de tirar gelados e semelhantes.

3.5. Praticar os atos administrativos previstos no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro:

- A atribuição da licença para o exercício da atividade de venda ambulante de lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- A atribuição da licença para o exercício da atividade de arrumador de automóveis;
- A atribuição da licença para a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo;
- A atribuição da licença de exploração de máquinas de diversão;
- A atribuição da licença para venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos público sem agências ou postos de venda;
- A atribuição da licença para a realização de leilões;
- A atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno;

- A atribuição, no âmbito da presente delegação de competências, da licença para o exercício da atividade de realização de espetáculos de divertimentos públicos, exceto os de natureza desportiva, e respetiva licença especial de ruído, nos casos do artigo 32.º;

3.6. A emissão de Alvarás (com exceção dos respeitantes à área do urbanismo e gestão cemiterial municipal);

3.7. Decidir em matéria de transporte público de aluguer veículos automóveis ligeiros de passageiros – Transportes em Táxi, nos termos do disposto no regulamento municipal, bem como assinar a respetiva correspondência expedida.

3.8. Decidir em matéria de licenciamento de recinto itinerantes e improvisados, ao abrigo do Decreto-Lei 309/2002, de 16-12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 268/09, de 29-09;

3.9. Determinar restrições à circulação do trânsito nas vias públicas para a sua utilização com a realização de obras de construção civil que possam afetar o trânsito normal, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º, do Código da Estrada (com exceção de restrições à circulação do trânsito para realização de operações urbanísticas que devam estar sujeitas a licenciamento municipal ou comunicação prévia ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação).

4 - Para, no âmbito das matérias correspondentes à área de atividade Assuntos Jurídicos, exercer as seguintes competências:

4.1. Determinar a instrução dos processos de contraordenação, designar o instrutor e aplicar as coimas, nos termos da Lei.

4.2. Proferir despacho de designação de patrocínio judiciário, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 11.º do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, nas ações em que o município seja parte.

5 - Nas restantes matérias correspondentes às áreas de atividade mencionadas no ponto 1, praticar, ainda, os seguintes atos:

5.1. Gerir a rede de água pluviais;

5.2. Gerir a rede de iluminação pública;

5.3. Autorizar as ocupações do subsolo com infraestruturas de utilidade pública;

5.4. Gerir a manutenção permanente da rede viária e do mobiliário urbano;

5.5. Gerir a manutenção permanente dos edifícios municipais;

5.6. Proceder à manutenção de sinalização rodoviária e equipamentos de trânsito;

5.7. Gestão e manutenção dos equipamentos e dos palcos do município.

Ficam ratificados os atos entretanto praticados.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, em Boletim Municipal editado na área do respetivo município.

Paços do Município, 2012-07-09

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

ALBERTO SANTOS, DR.

que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Proponho, nos termos do n.º 2, do artigo 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o exercício de funções a meio tempo pelo senhor Vereador Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, em Boletim Municipal editado na área do respetivo município.

Paços do Município, 2012-07-10

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

ALBERTO SANTOS, DR.

EDITAL N.º 109/2012

ALBERTO FERNANDO DA SILVA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de julho de 2012, foi aprovada a proposta com a seguinte redação:

Assunto: Designação de Vereador a meio tempo pelo senhor Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com alterações

SUSANA PAULA BARBOSA DE OLIVEIRA, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 12 de julho de 2012:

TORNA PÚBLICO que, em cumprimento do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto, informação dos resultados analíticos obtidos na implementação do Plano de Controlo da Qualidade da Água referentes ao segundo trimestre de 2012, fornecidos pela Penafiel Verde:

		CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA ZONA DE ABASTECIMENTO DO TÂMEGA DO CONCELHO DE PENAFIEL					EDITAL n.º 2		
Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, procedeu-se à verificação da qualidade da água da rede pública, através de análises periódicas na torneira do consumidor, segundo o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado						2º TRIMESTRE 2012 01 Abril a 30 Junho			
Parâmetro (unidades)	Valor Paramétrico (VP) fixado no DL 306/2007	Valores obtidos		N.º Análises superiores VP	% Cumprimento do VP	N.º Análises (PCQA)		% Análises Realizadas	
		Mínimo	Máximo			Agendadas	Realizadas		
Escherichia coli (N/100 ml)	0	0	0	0	100%	43	43	100%	
Bactérias coliformes (N/100 ml)	0	0	0	0	100%	43	43	100%	
Desinfetante residual (mg/L)	---	<0,1	1,32	---	---	43	43	100%	
Alumínio (µg/L Al)	200	<10	<10	0	100%	1	1	100%	
Amónio (mg/L NH ₄)	0,50	<0,05	<0,05	0	100%	8	8	100%	
Número de colónias a 22 °C (N/ml)	Sem alteração anormal	0	>300	---	---	8	8	100%	
Número de colónias a 37 °C (N/ml)	Sem alteração anormal	0	>175	---	---	8	8	100%	
Condutividade (µS/cm a 20°C)	2500	111	243	0	100%	8	8	100%	
Clostridium perfringens (N/100ml)	0	0	0	0	100%	8	8	100%	
Cor (mg/L PtCo)	20	<3	<3	0	100%	8	8	100%	
pH (Unidades pH)	≥6,5 e ≤9	7	7,7	0	100%	8	8	100%	
Ferro (µg/L Fe)	200	<60	<60	0	100%	1	1	100%	
Manganês (µg/L Mn)	50	<2	3,5	0	100%	8	8	100%	
Nitratos ² (mg/L NO ₃)	50	4	<10	0	100%	8	8	100%	
Nitritos (mg/L NO ₂)	0,5	<0,01	<0,01	0	100%	1	1	100%	
Oxidabilidade (mg/L O ₂)	5	<1	1,6	0	100%	8	8	100%	
Cheiro a 25°C (Factor de diluição)	3	<1	<1	0	100%	8	8	100%	
Sabor a 25°C (Factor de diluição)	3	<1	<1	0	100%	8	8	100%	
Turvação (NTU)	4	<1	<1	0	100%	8	8	100%	
Antimónio (µg/L Sb)	5	<4	<4	0	100%	1	1	100%	
Arsénio (µg/L As)	10	<5	<5	0	100%	1	1	100%	
Benzeno (µg/L)	1,0	<0,3	<0,3	0	100%	1	1	100%	
Benzo(a)pireno (µg/L)	0,010	<0,005	<0,005	0	100%	1	1	100%	
Boro (mg/L B)	1,0	<0,1	<0,1	0	100%	1	1	100%	
Bromatos (µg/L BrO ₃)	10	<5	<5	0	100%	1	1	100%	
Cádmio (µg/L Cd)	5,0	<1	<1	0	100%	1	1	100%	
Cálcio (mg/L Ca)	---	19,5	19,5	---	---	1	1	100%	
Chumbo (µg/L Pb)	25	<7	<7	0	100%	1	1	100%	
Cianetos (µg/L CN)	50	<10	<10	0	100%	1	1	100%	
Cobre (mg/L Cu)	2,0	0,0045	0,0045	0	100%	1	1	100%	
Crómio (µg/L Cr)	50	<5	<5	0	100%	1	1	100%	
1,2 – dicloroetano (µg/L)	3,0	<0,9	<0,9	0	100%	1	1	100%	
Dureza total (mg/L CaCO ₃)	---	48,6	48,6	---	---	1	1	100%	
Enterococos (N/100 mL)	0	0	0	0	100%	1	1	100%	
Fluoretos (mg/L F)	1,5	0,11	0,11	0	100%	1	1	100%	
Magnésio (mg/L Mg)	---	2,4	2,4	---	---	1	1	100%	
Mercurio (µg/L Hg)	1	<0,5	<0,5	0	100%	1	1	100%	
Níquel (µg/L Ni)	20	<6	<6	0	100%	1	1	100%	
Selénio (µg/L Se)	10	<6	<6	0	100%	1	1	100%	
Cloretos (mg/L Cl)	250	14	14	0	100%	1	1	100%	
Sódio (mg/L Na)	200	11,3	11,3	0	100%	1	1	100%	
Sulfatos (mg/L SO ₄)	250	19	19	0	100%	1	1	100%	
Carbono Orgânico Total (mg/L C)	Sem alteração anormal	1	1	---	---	1	1	100%	
Tetracloroetano e Tricloroetano (µg/L):	10	<1,5	<1,5	0	100%	---	---	---	
Tetracloroetano(µg/L)	---	<1,5	<1,5	---	---	1	1	100%	
Tricloroetano(µg/L)	---	<1,5	<1,5	---	---	1	1	100%	
Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (µg/L):	0,10	<0,005	<0,01	0	100%	---	---	---	
Benzo(b)fluoranteno (µg/L)	---	<0,005	<0,005	---	---	1	1	100%	
Benzo(k)fluoranteno (µg/L)	---	<0,005	<0,005	---	---	1	1	100%	
Benzo(ghi)perileno (µg/L)	---	<0,005	<0,005	---	---	1	1	100%	
Indeno(1,2,3-cd)pireno(µg/L)	---	<0,01	<0,01	---	---	1	1	100%	
Trihalometanos - total (µg/L):	100	<7	23	0	100%	---	---	---	
Clorofórmio(µg/L)	---	23	23	---	---	1	1	100%	
Bromofórmio(µg/L)	---	<7	<7	---	---	1	1	100%	
Bromodichlorometano(µg/L)	---	12	12	---	---	1	1	100%	
Dibromoclorometano(µg/L)	---	<7	<7	---	---	1	1	100%	
Pesticidas – total (µg/L)	0,50	<0,08	<0,08	0	100%	2	2	100%	
Pesticida Cimoxanil (µg/L)	0,10	<0,08	<0,08	0	100%	2	2	100%	

Para conhecimento geral, constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo. Penafiel e Paços do Município, 31 de julho de 2012.

A Vereadora da Câmara Municipal,
(em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 12 de julho de 2012)

(Susana Oliveira, Dr^a.)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Penafiel
DIRECTOR: Presidente da Câmara Municipal
COORDENAÇÃO E REVISÃO DOS TEXTOS: Divisão Administrativa
EXECUÇÃO GRÁFICA: Divisão Administrativa
IMPRESSÃO: Divisão Administrativa.
TIRAGEM: 100 exemplares